CARTA DA AMAZÔNIA

Manifesto dos povos, comunidades, movimentos sociais e organizações da Amazônia brasileira à Presidência da República e à Delegação Brasileira na COP31

Antalya, Turquia | Novembro de 2026

A Amazônia está queimando. Nossos rios estão secando. A floresta, seus povos e suas comunidades enfrentam os impactos cada vez mais graves das mudanças climáticas, enquanto persistem as estruturas políticas e econômicas que promovem a destruição de nossos territórios.

Nós, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, agricultores e agricultoras familiares, pescadores e pescadoras artesanais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil da Amazônia brasileira, dirigimo-nos à Presidência da República e à delegação brasileira na COP31 para denunciar a gravidade da situação que vivemos e exigir respostas estruturais do Estado brasileiro.

A Amazônia não está queimando apenas porque está mais quente e mais seca. Os incêndios que destroem nossas florestas estão relacionados ao desmatamento, à grilagem de terras públicas, à concentração fundiária, à expansão de monoculturas e pastagens e aos grandes projetos de infraestrutura voltados à exploração e exportação de commodities. São processos que pressionam os territórios e ameaçam os modos de vida das populações amazônicas. A ausência de respostas efetivas para a regularização fundiária e a proteção territorial contribui para a continuidade dessas violações.

Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas tornam a floresta mais vulnerável ao fogo. As secas extremas de 2023 e 2024, seguidas por uma nova estiagem em 2026, agravada pelo fenômeno El Niño, evidenciam transformações profundas nas condições ambientais da Amazônia. O prolongamento da estiagem, as temperaturas elevadas e a redução dos níveis dos rios comprometem a vida das populações. O próprio desmatamento e a degradação florestal contribuem para reduzir as chuvas e intensificar as secas, alimentando um ciclo de destruição.

Na maior floresta tropical do planeta, comunidades enfrentam escassez de água para beber, cozinhar e produzir alimentos. Roçados de macaxeira, hortas, árvores frutíferas, sementes e mudas são perdidos, enquanto a redução dos rios prejudica a pesca, o transporte e o acesso à saúde e à educação.

No Rio Negro, no Rio Madeira e no Rio Amazonas, comunidades relatam isolamento territorial, dificuldades de acesso à água potável e perdas agrícolas. No Rio Tapajós, no Baixo Amazonas, no Arquipélago do Marajó e na região do Alto Xingu, organizações comunitárias denunciam insegurança alimentar, dificuldades de permanência nos territórios e insuficiência das respostas governamentais. Para os povos da Amazônia, os rios não são apenas fontes de água ou vias de transporte: integram nossas culturas, espiritualidades e modos de vida. Sua degradação ameaça nossa própria existência coletiva.

Esses impactos representam perdas e danos (*loss and damage*) que ultrapassam os prejuízos econômicos. À destruição da produção agrícola, da pesca e dos meios de subsistência somam-se perdas não econômicas, como danos à saúde, à biodiversidade, às práticas culturais e à transmissão dos conhecimentos tradicionais entre gerações. São perdas materiais e imateriais, algumas irreversíveis, que não podem ser medidas apenas em dinheiro. Seu reconhecimento exige respostas que respeitem a autonomia dos povos e seus direitos sobre os territórios e conhecimentos.

A fumaça dos incêndios também compromete a saúde da população. Recomendar que as pessoas permaneçam em casa, como fez a prefeitura de Santarém, ou que economizem a água que usam em suas casas, como fez o governo do estado de Rondônia, não é suficiente quando trabalhadores precisam trabalhar, crianças precisam frequentar escolas e famílias precisam garantir sua sobrevivência. **O Estado não pode transferir para a população a responsabilidade individual de enfrentar riscos que exigem políticas públicas de proteção coletiva.**

As mudanças climáticas não representam uma situação passageira. Exigem planejamento permanente e transformações estruturais nas políticas públicas. A adaptação climática não pode significar apenas preparar as populações para suportar os efeitos da destruição: é necessário enfrentar suas causas e reconhecer as perdas e danos que já se concretizam.

O Brasil reconheceu, em seu Plano Clima Adaptação 2024–2035, a importância da regularização fundiária, da permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios e da proteção da agricultura familiar. É necessário transformar essas diretrizes em ações concretas, com orçamento, metas, prazos e articulação entre as políticas climáticas, fundiárias e ambientais. **Não haverá adaptação justa sem garantia de direitos territoriais.**

Da mesma forma, a transição justa não pode se limitar à substituição de fontes energéticas ou à criação de novas oportunidades de exploração econômica. Não será justa uma transição que reproduza a concentração de terras, a manutenção do agronegócio com a pecuária extensiva e a monocultura de soja, a apropriação das águas por empreendimentos hidrelétricos e por hidrovias para escoar mercadorias, a usurpação dos bens comuns por projetos de REDD+, a destruição ambiental e as violações de direitos. Precisamos de uma mudança profunda de paradigma, que coloque a vida, e não o lucro, no centro das decisões políticas e econômicas.

A COP31 representa uma oportunidade decisiva para avançar na operacionalização do mecanismo de transição justa acordado em Belém. O Brasil deve defender um mecanismo que produza transformações concretas, com participação e poder de decisão dos povos e comunidades, financiamento adequado, cooperação internacional e salvaguardas contra falsas soluções climáticas.

A proteção da Amazônia constitui uma responsabilidade compartilhada da União, dos estados e dos municípios, exigindo coordenação, cooperação e atuação permanente entre as diferentes esferas de governo. Ao governo federal cabe exercer integralmente suas competências, fortalecer os órgãos públicos responsáveis pela proteção ambiental e territorial e garantir condições institucionais, orçamentárias e técnicas para implementar as

políticas climáticas. Os compromissos nacionais precisam se traduzir em ações concretas nos territórios, com responsabilidades definidas, estruturas estatais territorializadas, recursos suficientes e participação popular.

Diante disso, reivindicamos ao Estado brasileiro:

1. Direitos territoriais e enfrentamento à grilagem: acelerar a destinação de terras públicas, a regularização fundiária dos assentamentos, a demarcação de terras indígenas, a titulação de territórios quilombolas, territórios das Quebradeiras de Coco Babaçu e a proteção de todos os territórios tradicionais, inclusive com a publicação imediata do decreto de regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais. Fortalecer ações de enfrentamento às invasões, desmatamento, pulverização aérea de veneno, e à violência contra defensores e defensoras de direitos humanos e ambientais.

2. Prevenção e combate aos incêndios: fortalecer a fiscalização ambiental, estruturar e equipar brigadas comunitárias, garantir recursos permanentes e implementar o Manejo Integrado do Fogo com participação dos povos e comunidades, assegurando a responsabilização por incêndios criminosos.

3. Implementação territorializada do Plano Clima: apresentar e executar medidas prioritárias de adaptação para a Amazônia, com orçamento, metas, prazos e responsabilidades entre União, estados e municípios. Fortalecer os órgãos públicos, inclusive com concursos, ampliação de equipes e infraestrutura (descentralizada nos territórios), garantindo segurança hídrica e alimentar, proteção da agricultura familiar, saúde, educação e proteção social.

4. Repactuação democrática do desenvolvimento da Amazônia: estabelecer um processo amplo de revisão das prioridades de desenvolvimento regional, com participação da União, dos estados, municípios, povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, assegurando efetivo poder de decisão às populações amazônicas. Democratizar as instâncias de governança regional e construir mecanismos de participação e decisão que garantam o protagonismo dos povos da Amazônia na definição das políticas e investimentos públicos. Reorientar esses investimentos para a proteção territorial, a agricultura familiar, a agroecologia, a pesquisa científica e as economias da sociobiodiversidade, em lugar da expansão de monoculturas e grandes empreendimentos que promovem degradação ambiental e violações de direitos, assegurando o respeito à consulta prévia, livre e informada.

5. Transição justa com os territórios: defender, na COP31, a operacionalização do mecanismo de transição justa, conhecido pelos movimentos como Mecanismo de Ação de Belém–Antalya (BAM), com estrutura permanente e pleno funcionamento até a COP32, assegurando representação e poder de decisão aos povos indígenas, comunidades locais, trabalhadores e movimentos sociais em sua governança. O mecanismo deve promover transformações para além do setor energético, garantindo apoio concreto à implementação, financiamento público por doações, sem geração de dívidas, transferência de tecnologia e salvaguardas contra falsas soluções e violações de direitos.

6. Resposta a perdas e danos e financiamento climático: reconhecer, documentar e enfrentar as perdas e danos econômicos e não econômicos na Amazônia, incluindo os impactos sobre os conhecimentos tradicionais, as culturas, as relações territoriais e os modos de vida. Construir, com participação efetiva dos povos e comunidades afetados, uma estratégia brasileira de acesso ao Fundo de Resposta a Perdas e Danos, assegurando financiamento público adequado, por meio de doações e sem geração de novas dívidas, com mecanismos de acesso direto aos recursos, transparência e controle social, respeitando a autonomia dos povos e seus direitos sobre os conhecimentos tradicionais.

7. Reestatização de setores essenciais e estratégicos, como água e energia: com mecanismos de controle social e participação popular em suas estruturas de governança, evitando a concentração de lucros extraordinários para acionistas que lucram com a crise climática, cobrando preços abusivos e sem retorno efetivo para a população, assim como em caráter emergencial medidas populares para gás de cozinha, água e energia, especialmente redução de tarifas durante eventos climáticos extremos.

A Amazônia não pode continuar sendo tratada como fronteira de exploração de recursos naturais, enquanto seus povos enfrentam a destruição de seus territórios. É preciso transformar um modelo que subordina a vida aos interesses econômicos e reconhecer que os povos amazônicos são protagonistas da construção das alternativas necessárias.

Exigimos da Presidência da República e dos ministérios competentes respostas concretas às reivindicações aqui apresentadas, com compromissos públicos, resposta formal às organizações signatárias e mecanismos permanentes de diálogo e acompanhamento.

Não haverá justiça climática na Amazônia enquanto a proteção de seus povos e territórios permanecer subordinada aos interesses econômicos que promovem sua destruição.

A Amazônia não pode esperar. Sem direitos territoriais, não há justiça climática.

Antalya, novembro de 2026.

Organizações e movimentos signatários:

Ação da Cidadania - Comitê Pará
Amazon Climate Hub
Articulação Agro é Fogo
Articulação das CPTs da Amazônia
Associação Cerâmica Chicano
Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Município de Belterra
Associação das Mulheres Indígenas Ticuna-AMIT
Associação de Mulheres Agricultoras Familiares de Mojui dos Campos Flores do Campo
Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
Associação dos Empregados do Banco da Amazônia - AEBA
Associação Slow Food do Brasil
Campanha Amazônia Generosa

Canal Jagube
Cáritas Brasileira
Casa Familiar Rural do Território Quilombola de Jambuaçu
CEBI Pará
Cerrado Vivo
Coalizão Florestas & Finanças
COESUS - Coalizão Não Fracking Brasil
Coletivo de Governança Territorial da Universidade Federal do Pará
Coletivo de Juventudes Guardiões do Bem Viver
Coletivo Indígena Mura de Porto Velho
Comitê de Defesa da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira
Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - CITA
Conselho Indígena da TI Kumaruara
Conselho Indigenista Missionário Regional Rondônia/Cimi-RO
Cooperrios
Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)
Da Tribu
FASE Amazônia
Federação das Organizações e Comunidades da Floresta Nacional do Tapajós
Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS
Fórum Bem Viver
Fórum Caeté de Educação do Campo
Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS
Fórum do Amanhã
Fórum Juventudes Amazônidas
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
Fórum Paraense de Educação do Campo - FPEC
Fundo Comunitário de Mulheres Luzia Dorothy do Espírito Santo
Gepegefi - Grupo de estudos e pesquisas em educação, gênero, feminismos e interseccionalidade
Grupo de Defesa da Amazônia- GDA
Grupo de Pesquisa ISSEAM - "Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia"
Grupo Rádio Educação Cidadania [REC]
GT Infraestrutura
GTI Vila Céu do Mapiá
Iacitata Amazônia Viva
Iasauatec Amazon
IDARIS - Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra
Instituto Abraço de Comunicação
Instituto AmazonBioEco
Instituto Caruanas do Marajó Cultura e Ecologia
Instituto Casa Ilharga
Instituto de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência do Amazonas (IAIDAM)
Instituto Hevea
Instituto Internacional ARAYARA
Instituto Madeira Vivo - IMV
Instituto Transformance: Cultura & Educação

International Rivers
LITIGA - Litigância Climática e de Direitos
Memorial Paulo Freire, Museu, Centro de Formação e Cultura
MOPS/Comitê Popular de Saúde Única
Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade (MMTACC)
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP
Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzea de Abaetetuba - MORIVA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB
Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM
Movimento Tapajós Vivo - MTV
Movimento Rio Madeira Vivo
Núcleo de Estudos em Agroecologia no Amazonas - NEAMA IFAM campus Manaus Zona Leste
Núcleo de Estudos em Agroecologia - AJURI/Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (UFPA)
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Agroecologia e Bem Viver na Amazônia-NEA Muiraquitã
Núcleo RO do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (OPCPLI)
Oca Amazônia
OPG Observatório do Petróleo e Gás
Projeto Saúde e Alegria
Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Saborear
Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA
Rede Eclesial Pan Amazônica - REPAM
Rede de Trabalho Amazônico GTA
Rede Grupo de Resistência Amazônica
Rede Paraense de Educação Ambiental (Rede Paea)
Rede Terra Sem Males
SAMA - Health In Harmony
Seção Sindical dos Docentes da UFOPA - SINDUFOPA/ANDES SN
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará - Sindufopa
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará (Sintepp) - Regional Oeste, Portel, Belterra e Placas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mojui dos Campos
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
TAJÁ - Núcleo de Estudos e Pesquisas Territórios Amazônicos, Educação Popular e Etnodiversidade
Terra de Direitos
Território Quilombola Terra da Liberdade
União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira - UMIAB
Via Campesina Brasil